TIPIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Luiz Antônio Abrantes
Luiz Marcelo Antonialli
Mozar José de Brito
Paulo Roberto Cecon
Walmer Faroni

RESUMO: Pretendeu-se com este estudo tipificar e caracterizar os produtores rurais em relação ao uso de instrumentos contábeis para controle da atividade. Para atingir os objetivos, utilizou-se a Análise Discriminante em uma amostra de 360 produtores rurais. Dois grupos foram identificados: o grupo 1, constituído de 126 produtores que não utilizam informação contábil, e o grupo 2, com 264 produtores que a utilizam. Constatou-se que as variáveis indicativas do nível de instrução do produtor, do controle dos negócios, da existência de banco de dados, do uso de instrumentos contábeis, do uso de consultoria externa e do faturamento anual bruto contribuíram para a discriminação dos grupos. A partir da análise geral dos resultados discutidos neste trabalho, pôde-se concluir que, de modo geral, o papel da contabilidade de gerar informações que permitam a tomada de decisão não tem sido aplicado. Apesar de grande parte dos produtores manter alguma forma de anotação, são poucos os que mantêm registros mais apurados. A sua utilização pela maioria dos produtores está relacionada ao atendimento à legislação fiscal e para a obtenção de crédito junto as instituições bancárias. Apesar da maioria dos produtores encarar a contabilidade como um instrumento complexo e que despende tempo, não descarta a sua importância como fonte de informação gerencial para a gestão dos negócios agropecuários. Estes resultados permitem considerar o processo de tipificação como um instrumento de grande valia para auxiliar no desenvolvimento de programas relacionados a contabilidade rural, podendo ser utilizados na formulação de propostas de ações coerentes que levem em consideração as características de cada grupo de produtores, buscando maior eficiência e melhores resultados para as iniciativas.

Termos para indexação: contabilidade, produtor rural, análise discriminante.

1 INTRODUÇÃO

A atividade agropecuária tem um papel relevante em países de grande são territorial e condições climáticas, como o Brasil. Apesar das deficiências medidas governamentais sobre política de financiamento e de preços destinada ao setor agropecuário, este tem movimentado milhões de reais em recursos, gerando milhares de empregos e transformando algumas regiões do país em pólos econômicos de riquezas.

Nos últimos vinte anos, o setor agropecuário brasileiro passou por importantes mudanças estruturais, destacando-se o desenvolvimento do setor agroindustrial, o controle de qualidade total, a evolução do mercado consumidor e o aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional.

Este processo de transição tem acentuado um maior interesse por técnicas gerenciais, pressionando no sentido de melhorar a eficiência técnica, administrativa e produtiva por meio da administração e controle das atividades desenvolvidas na propriedade rural.

Neste contexto, a contabilidade (principalmente a financeira e a de custos) com pode desempenhar um importante papel como ferramenta gerencial, gerando informações que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisão, transformando as propriedades rurais em empresas com capacidade para acompanhar a evolução do setor, principalmente no que tange aos objetivos e atribuições da administração financeira. Neste novo cenário de evolução em que a atividade agropecuária se encontra, é indispensável ao produtor rural dispor de informações que o auxiliem em seu processo decisório. A utilização de métodos e técnicas da exa ciência contábil permite ao produtor avaliar situações alternativas e analisar, a priori, os resultados possíveis, reduzindo assim os riscos e incertezas na tomada de decisões.

Considerando as deficiências existentes no setor agropecuário, no que diz respeito à organização contábil-financeira, uma questão é levantada: Qual é o perfil dos produtores rurais que utilizam

instrumentos contábeis-financeiros no processo decisório? Assim, o objetivo central deste trabalho está na tipificação e caracterização de produtores rurais em relação ao uso de instrumentos contábeis para o controle da atividade.

2 A CONTABILIDADE E A FUNÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS

A contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica das empresas e está relacionada a qualquer atividade desenvolvida pelo homem. Para Grateron (1996), mesmo na forma rudimentar, a contabilidade esteve presente desde a aparição do homem no mundo quando este tentava contabilizar os animais que lhe serviam de alimento. Assim a contabilidade desenvolveu-se junto com o homem e suas estruturas sociais para dar respostas e informações, identificando, mensurando e comunicando os eventos.

Na visão de Ronchi, citado por Cunha (1987), quanto mais os administradores fizerem uso da contabilidade, melhor poderão planejar e controlar as atividades de sua organização. As medidas contábeis são largamente utilizadas no processo de avaliação de desempenho; o profissional que com ela melhor se relacionar, mais apto estará para oferecer respostas satisfatórias às demandas das organizações.

De acordo com esse ponto de vista, uma enorme gama de usuários recorre à informação contábil como forma de conhecer a eficiência da administração os resultados econômicos alcançados pela empresa, a riqueza patrimonial, a capacidade de liquidez e a rentabilidade, como reflexo do índice de êxito empresarial ou como fonte de tributo para redistribuição da renda.

Segundo Marion (1993), a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. A eficiência na análise e no uso destas informações dependerá, por parte do usuário, da compreensão dos conceitos, das definições e dos princípios de mensuração sobre os quais estão os dados.

Considerando que a maioria das decisões tomadas dentro de qualquer empresa é medida em termos financeiros, é importante que os responsáveis por decisões desta esfera tenham uma compreensão básica da função financeira. Segundo Ross et al. (1995), a contabilidade está muito relacionada com a função financeira, pois as demonstrações que fornece constituem importante grupo de informações que serão examinadas no processo de análise financeira. No mesmo sentido Braga (1989) afirma que a função financeira compreende um conjunto de atividades relacionadas com a gestão dos fundos movimentados por todas as áreas da empresa. Essa função é responsável pela obtenção dos recursos necessários e pela formulação de uma estratégia voltada para a otimização do uso desses fundos.

Assim, a função financeira tem um papel muito importante no desenvolvimento de todas atividades operacionais em qualquer empresa, pois a maioria das atividades empresariais envolve recursos financeiros e orienta-se para a obtenção de lucros. Para Gitman (1984), para compreensão desta função é preciso examinar detalhadamente o seu papel dentro da empresa, as funções-chave do administrador financeiro e o seu objetivo global.

Desse modo, de acordo com Silva (1995a), cada empresa pode ser visualizada como um sistema que multiplica os recursos financeiros nela investidos. Em outras palavras, as receitas obtidas com as operações devem ser suficientes para cobrir todos os custos e despesas e ainda gerar lucros. Paralelamente a esse fluxo econômico de resultados ocorre uma movimentação de numerário que deve permitir a liquidação dos compromissos assumidos.

Para Santos (1991), ainda que o sistema contábil sirva de base para a apuração do imposto de renda, é como instrumento gerencial que ele proporciona ao empresário o lastro das informações necessárias à uma administração mais segura.

Em resumo, o processo decisório, que constitui o aspecto central da gestão financeira, é orientado pela análise dos dados fornecidos pela contabilidade.

3 A CONTABILIDADE E A EMPRESA RURAL

Conforme Lemes (1996), empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.

Souza et al. (1992) enfatizam que existem várias conceituações possíveis de empresa rural, não havendo uma que seja universalmente aceita, embora seja considerada como uma unidade de produção com elevado nível de capital de exploração e alto grau de comercialização, tendo como objetivos técnicos a sobrevivência, o crescimento e a busca de resultados positivos.

Para alcançar e manter estes resultados, Crepaldi (1998) aponta a contabilidade como um dos principais sistemas de controle e informação para as empresas rurais, podendo, através de seus instrumentos, verificar a situação da empresa sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos, entre outros.

Na visão de Santos (1991), a contabilidade rural, como parte integrante do sistema de informação da empresa, é desenvolvida em um ciclo de coleta e processamento de dados que culmina com a produção e distribuição de informações de saída, na forma de relatórios contábeis. Estes relatórios garantem à gerência um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos econômicos e financeiros da empresa, permitindo a avaliação de sua situação atual e comparações com o que foi planejado, fornecendo subsídios à identificação e controle dos desvios e suas causas, bem como auxiliar o aperfeiçoamento de futuros planejamentos.

Oliveira, citado por Salles (1981), por sua vez, preconiza a contabilidade rural como instrumento de decisão gerencial, atribuindo-lhe finalidades que identificam a presença de dois tipos: uma financeira e outra de custos. A contabilidade financeira registrará e controlará todas as operações comerciais e financeiras, o que demonstrará as relações da empresa com terceiros. A contabilidade de custos registrará e controlará as operações agrícolas.

Nesta mesma linha, Antonialli (1997) considera a contabilidade rural como um ponto fundamental no controle financeiro da propriedade, podendo atender a dois objetivos: fiscais e gerenciais. Os objetivos fiscais estão voltados para a emissão de notas fiscais, controles para declaração do imposto de renda, guias para transportes de animais, declarações para obter o cartão de produtor rural, entre outros, sendo que os objetivos gerenciais envolvem os controles internos que auxiliam o produtor na hora de tomar decisões.

Para Crepaldi (1998), o conhecimento financeiro auxilia no planejamento, na solução de problemas e nas tomadas de decisão. As finanças fornecem um mapa com números e análises que ajudam o empresário rural a desempenhar bem suas funções. Souza, citado por Leitão e Silva (1972), fazendo referência ao que oferece a contabilidade agrícola ao administrador, anuncia:

a) surpreende o agricultor, mostrando-lhe valores que ele não imaginava possuir;
b) mostra as transformações operadas em qualquer setor da propriedade;
c) aponta as culturas e criações que dão prejuízo e recomenda as mais lucrativas;
d) evidencia os melhores métodos de cultivo;
e) torna possível a determinação dos custos de produção;
f) apresenta os resultados de toda a exploração, permitindo resultados anteriores;
g) permite dirigir a empresa com segurança;
h) serve como base para tomada de decisões;
i) mostra como estão sendo usados os fatores que afetam as rendas;
j) permite estabelecer normas, princípios básicos de ordem técnica e econômica que servem de guias para os extensionistas e agricultores;
k) permite avaliar a exatidão do planejamento e corrigir falhas;
l) fornece elementos para justificar e motivar as reinvidicações do agricultor, no domínio da política agrária;
m) tem função educativa, melhorando as aptidões comerciais, técnicas e administrativas do agricultor.

Conforme Marion (1982), no Brasil, a agropecuária pode ser explorada pela pessoa física sem a constituição de pessoa jurídica. Constata-se, portanto, que a pessoa física, neste caso, deverá ser tratada como uma entidade contábil, dada a importância dos relatórios individualizados decorrentes desta atividade, não devendo considerar os interesses particulares do produtor com os de seu negócio.

Haverá necessidade de um controle individualizado da atividade agropecuária em relação a outras atividades ou outros rendimentos que a pessoa física possa ter. Assim, o negócio deve ser tratado como uma firma, pois o produtor rural tem outros interesses, alguns dos quais não econômicos, que nada têm a ver com o objetivo do negócio, que é o retorno sobre os investimentos aplicados nas operações agropecuárias.

Somente com este controle poder-se-á atingir alguns objetivos da contabilidade, tais como: determinar o valor do negócio; determinar a rentabilidade do negócio em determinado período; prover o produtor rural de informações que o auxiliarão nas tomadas de decisões, entre outros.

4 METODOLOGIA

4.1 Estratégia de coleta de dados

Para a obtenção dos dados desta pesquisa, foi escolhida a 68ª Semana do Fazendeiro, realizada no período de 13 a 17 de julho de 1997, na cidade de Viçosa, Minas Gerais. Este evento, que acontece anualmente desde 1929, é um marco na extensão universitária, reunindo tradicionalmente centenas de produtores rurais e indivíduos ligados às atividades agrárias que, durante a semana, participam de um conjunto de ações que compõem o projeto do evento.

A unidade amostral do presente estudo foi constituída por 360 produtores rurais selecionados ao acaso. Foram aplicados questionários estruturados auto preenchíveis que possibilitaram a identificação e caracterização do perfil contábil administrativo dos produtores rurais.

Após esta etapa, foram aplicados questionários semi-estruturados em entrevistas pessoais nas propriedades (gravadas e transcritas) com os produtores, a partir de uma amostra intencional com 28 produtores, objetivando um maior volume de dados qualitativos que corroborassem e melhor explicassem resultados obtidos com a aplicação da técnica de análise discriminante sobre os dados quantitativos.

Por outro lado, buscou-se também aprofundar na averiguação das causas uso e não uso das técnicas contábeis a partir da própria opinião de componentes respectivos grupos.

4.1 Descrição das variáveis

Para caracterizar o perfil contábil-administrativo do um conjunto de dezessete variáveis discriminadas nos três grupos a seguir:

1. Grupo de variáveis relacionadas à propriedade:
LOCALIZ - indicando o estado em que a propriedade se localiza;
ATIVIDAD - indicando a atividade principal da propriedade;
TAMANHO - indicando a área total da propriedade em alqueires.

2. Grupo de variáveis relacionadas com o proprietário:
TPARTICIP - indica o tempo de participação do produtor na Semana do Fazendeiro em unidade de tempo-ano;
TEXPERIE - indicativa do tempo de experiência do produtor na atividade rural, em quantidade de anos;
CURSOS - indica o interesse do produtor em participar de cursos na área contábiladministrativa;
CBANC - mostra a existência de conta bancária individualizada para os negócios da propriedade (variável binária - sim ou não);
DESPARTI - indica a existência de separação das despesas particulares proprietário das despesas do próprio negócios (variável binária - sim ou não);
ESCOLARI - indica o nível de instrução do produtor em faixa de escolaridade.
3. Grupo de variáveis relacionadas com as informações contábil-financeiras:
BANCODAD - indica a existência de anotações ou registros contábeis para formar um banco de dados;
RESPANOT - indica a pessoa responsável pela anotação dos fatos contábeis na propriedade;

PROFIS - indica o uso de instrumentos para o sistema de organização contábiladministrativa (microcomputador, escritórios de contabilidade, etc);

CONSLTI.T - indica o uso, por parte do produtor, de algum tipo de consultoria externa;

TSOCIET - indica o tipo societário da empresa ou forma de exploração do negócio FATURAM - indica o faturamento bruto anual da propriedade (variável escalonada);

SISTFINA - indica o conhecimento por parte do produtor de algum sistema de financiamento de recursos para o setor;

TOMDECIS - indica o uso de informações contábeis para controle das atividades (variável binária - sim ou não).

4.3 Operacionalização e análise das variáveis

Utilizando os dados obtidos através dos questionários aplicados os produtores foram separados em dois grupos, a partir da variável dependente TOMDECIS. O primeiro grupo representa os produtores que não utilizam informações contábeis para o controle de suas atividades e o segundo grupo representa aqueles que se utilizam destas informações.

Definidos os dois grupos, foi aplicada a técnica da análise discriminante para verificar a correta classificação dos produtores nos dois grupos, considerando todo o conjunto das dezesseis variáveis. Esta técnica foi usada também para a determinação da função discriminante para os dois grupos, além da identificação das variáveis discriminatórias, ou seja, das variáveis que diferem os produtores nos grupos.

Determinada a correta classificação dos produtores nos dois grupos, foi realizada a caracterização dos grupos de produtores em relação a utilização de informações contábeis para o controle de suas atividades, enfatizando a análise nas variáveis que determinaram a formação dos grupos. Para enriquecer e corroborar os resultados quantitativos obtidos pela análise discriminante, foram analisadas as informações obtidas com a pesquisa qualitativa realizada com quatorze produtores em cada grupo, escolhidos intencionalmente.

A análise estatística foi executada através do software Statistics Package for the Social Science (SPSS for Windows versão 6.0).

5 RESULTADO DA PESQUISA

5.1 Resultado da análise discriminante

Para formação dos grupos foi utilizada, como dependente, a variável que indica o uso de informações contábil-financeiras para controle das atividades agropecuárias (TOMDECIS). A partir desta variável foram formados dois grupos de produtores: o grupo 1, formado por 96 produtores que não utilizam nenhum tipo de informação contábil correspondendo a 26,7% do total e o grupo 2, com 264 produtores caracterizados como usuários de informações contábeis, correspondendo a 73,3% da amostra.

Com a aplicação da Análise Discriminante (Tabela 1), observou-se que no grupo 1 (não utiliza informações contábeis) 68,8% dos produtores foram corretamente classificados. Para os produtores classificados erroneamente, verificase que estes apresentam características do grupo 2, o que indica que de alguma maneira, mesmo que informalmente, utilizam-se de algum tipo de informação para controle da atividade, podendo ser aquelas baseadas na experiência adquirida.

TABELA 1. Número de produtores em relação ao nível de utilização de informação contábil e percentagem de classificação por grupos.

Grupos de produtores em relação a utilização de Informações contábeis	Classificação	Reclassificação após discriminante	
Grupo 1	96	66	60
Não utilizam		(68,8)	(31,2)
Grupo 2	264	60	204
Utilizam		(22,7)	(77,3)
Total	360	126	234

Com relação ao grupo 2 (utilizam informações contábeis), 77,3% dos produtores foram classificados corretamente, indicando uma boa tipificação; os 22,7% restantes foram classificados erroneamente, por apresentarem características do grupo 1. O percentual de acerto na classificação geral dos produtores foi de 75%.

A aplicação da Análise Discriminante identificou uma função discriminante com 100% de significância, formada a partir das características das diversas variáveis em estudo. A função discriminante apresentou coeficiente de correlação canônica de 0,5076, indicando que 25,76% ($[0,5076]^2$) da variância das variáveis pode ser explicada pelo modelo resultante que inclui seis variáveis selecionadas pelo procedimento Step Wise.

Isso demonstra que, apesar da função discriminante possuir alto grau de significância, tem baixo poder de ajuste aos dados, o que é justificado em ciências sociais, em função da diversidade de variáveis que interferem nos estudos empíricos e que não foram previstas no modelo estatístico proposto. No caso deste estudo, esta interferência apresenta-se de forma clara, visto que em função do objetivo da pesquisa, a maioria das variáveis inseridas no modelo são relacionadas com as informações contábil-financeiras.

A estatística Wilks de Lambda mostrou que, ao nível de significância de 0,000, todas as seis variáveis (BANCODAD, CONSULT, DESPARTI, ESCOLARI, FATURAME e PROFIS) apresentaram poder discriminante na classificação dos grupos. A função foi significativa, o que mostra sua validade para o modelo (Tabela 2).

TABELA 2. Função discriminante

Correlação Canônica	Lambda de Wilks	Sign
0,5076	0,742312	000,00

5.2 Tipificação e caracterização do perfil contábil administrativo do produtor rural

Considerando que os produtores rurais foram tipificados em relação a existência de informações contábeis-financeiras para controle da atividade rural, a seguir faz-se uma análise das variáveis que, pela análise discriminante, determinaram a formação dos grupos.

A análise dos produtores em relação ao grau de instrução, revelou que, ao contrário do grupo 2, o grupo 1 é composto por uma maior proporção de produtores com o nível de instrução até o primário, no total de 67% (Figura 1).

O nível de escolaridade do produtor influencia seu interesse na busca de novos conhecimentos, na medida em que possibilita estabelecer comportamentos mais desejáveis na assimilação e adoção das informações recebidas. Não se está admitindo, com este raciocínio, que este fator seja básico para o aprendizado mas é um reconhecimento de que o campo do "saber" se amplia e dinamiza quando sua relação com o conhecimento sistematizado e acadêmico se dá sobre uma base mais elaborada de conhecimento científico (Silva, 1995b).

Neste sentido, observa-se que a pouca escolaridade é barreira limitante para o registro, uso e entendimento de informações contábeis-financeiras, como observa-se nestes depoimentos:

> "*As coisas da terra a gente aprende rápido, já tá acostumado. Mas na hora de ver tudo isto em números fica mais difícil. A gente tem pouca leitura*".
>
> "*Pode fazer cursos de contabilidade para diminuir os gastos de nossa propriedade. Tem que ser simples, sem complicar com números. Assim, a gente entende*".
>
> "*Os produtores tem muita dificuldade de mexer com números. Eu também tenho esta dificuldade. Eu não tenho assim tanta, porque isso a minha filha também faz. Porque eu não estudei.*"

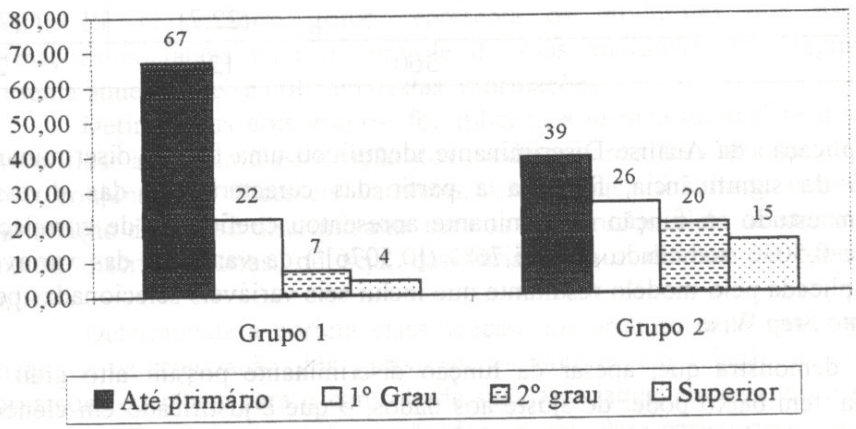

FIGURA 1: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com o nível de instrução.

Reafirmando a não utilização de informações contábeis-financeiras pela maioria dos produtores do grupo 1 observa-se, pela Figura 2, que 95% não separam despesas particulares das de seu negócio agropecuário. Isto confirma a falta de controle e organização financeira.

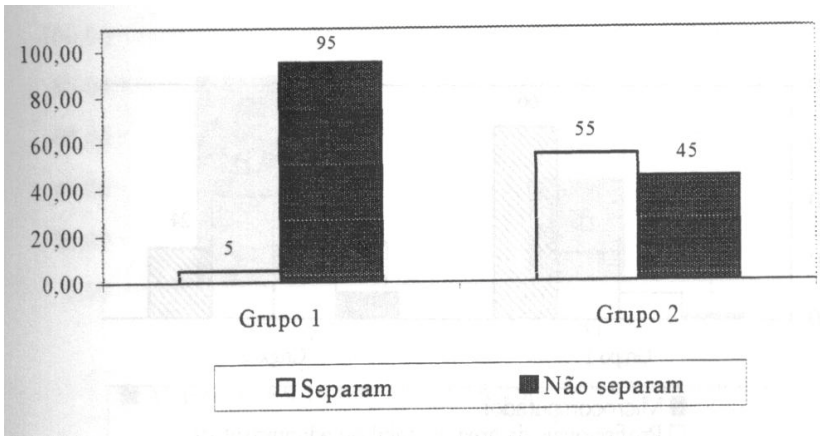

FIGURA 2. Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com a separação despesas particulares do negócio agropecuário.

Esta falta de controle, segundo Grateron (1996), limita a capacidade de tomada de decisões do produtor rural, ao comparar o que foi planejado do realizado, a fim de uma imediata ação corretiva.

De maneira geral, observa-se ser uma prática comum entre os produtores rurais não levar em conta o postulado da entidade contábil, que tem como principal característica a manutenção dos registros contábeis de forma distinta. Constata-se, assim, que a maioria destes produtores não apura adequadamente o resultado de sua atividade.

Esta prática é mais diferenciada no grupo 2, no qual 55% dos produtores fazem diferenciação das despesas, reconhecendo sua importância na gestão do negócio, como se observa nos depoimentos a seguir:

> *"Os produtores necessitam muito de um curso de Administração Rural. Quase ninguém contabiliza quase nada. Quase ninguém tem nada, nem m folha de papel. No final, é uma coisa só. E isso tá errado".*

"Não tem muita organização não, mais ou menos. Mas, se não tiver controle, você não sabe o que você está fazendo. Aí, quando começa a perigar dum lado, você já fica sabendo, pode dar uma freada. Segura mais na casa, ou trabalha mais."

"Eu juntava tudo, as despesas da propriedade com a da casa. Hoje, a das vacas é tudo separado. Então, as despesas da casa, o que eu compro fora das vacas, eu não entro no inventário. Vai que eu compro uma coisa pro carro, então esta nota é separada. Eu junto na minha nota que eu compro uma carne, que eu compro um arroz, então ela vai separada".

Observa-se, pela Figura 3, que 79% dos produtores do grupo 1 não fazem nenhum tipo de consulta externa a profissionais. Esta prática é mais comum no grupo 2, no qual 59% dos produtores utilizam algum tipo de consultoria, sendo que as consultas a agentes de cooperativas representam 14% a profissionais contábeis 20% e a profissionais da Administração Rural 12%.

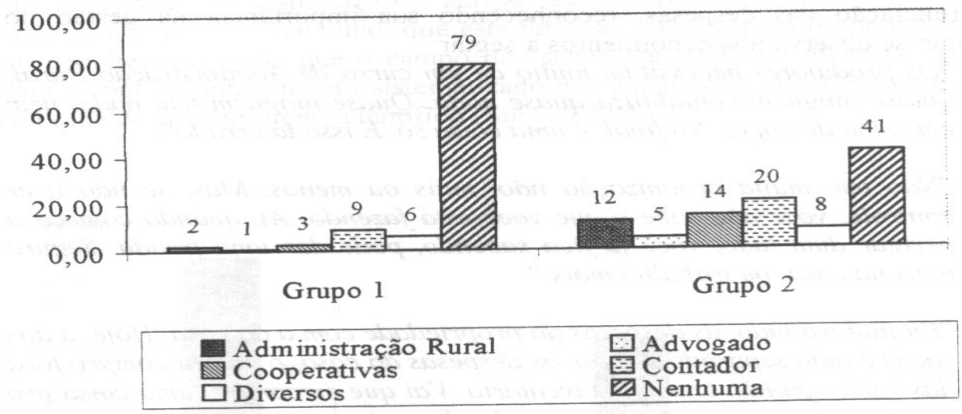

FIGURA 3. Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com os tipos de consultoria mais utilizados.

Na Figura 4, sobre a utilização de instrumentos para a organização contábiladministrativa, 66% dos produtores do grupo 1 não utilizam nenhum instrumento, sendo que 23% e 9% recorrem a escritórios de contabilidade e profissionais da área contábil ou administrativa, respectivamente, e apenas 2% utilizam microcomputadores.

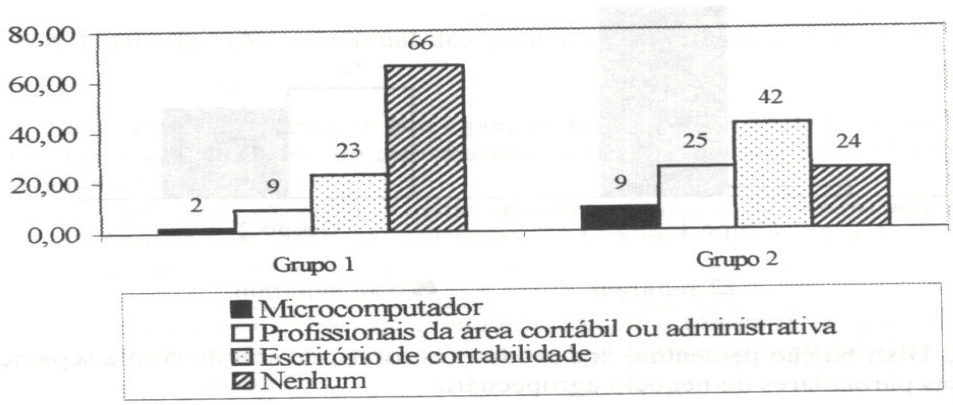

FIGURA 4: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo a utilização de instrumentos para a organização contábil-administrativa.

Já o grupo 2 é caracterizado pela inversão desta situação. Em sua maioria, 42% recorrem a escritórios de contabilidade, 25% a profissionais da área contábil ou administrativa, 9% utilizam de microcomputador. Somente 24% não utilizam de nenhum tipo de instrumento.

Verificou-se, no entanto, que parte da procura por escritórios de contabilidade está relacionada ao atendimento à legislação fiscal e para a obtenção de financiamento. No primeiro caso, o uso de informações contábeis está diretamente ligado ao faturamento bruto da propriedade. Os produtores, neste caso, reconhecem a necessidade da contabilidade fiscal para efeito da declaração do imposto de renda, sendo que poucos reconhecem a necessidade de um sistema de registro gerencial para sua própria orientação.

Esta tendência é confirmada por Miranda (1982) ao concluir em seu trabalho que o uso da contabilidade, detectado em apenas 2,94% dos produtores da sua amostra, está sempre ligado a acompanhamentos de empréstimos de crédito rural, prestação de contas de espólios ou imposto de renda, sendo que nem a quantidade e nem a qualidade destes dados permitem que sejam utilizados eficientemente como instrumental de administração financeira da empresa.

No caso da captação de recursos de terceiros, os produtores precisam de documentos comprobatórios sobre a situação econômico-financeira de sua propriedade, nos quais é avaliada a sua capacidade gerencial de gerar recursos para o ressarcimento do capital pretendido. Neste caso, segundo Tung (1990), essa avaliação baseia-se, principalmente, nos dados financeiros da empresa, o que exige indubitavelmente um sistema de registro adequado.

Para Souza Filho (1979), estes resultados podem ser explicados pelo fato de os produtores rurais, em sua maioria, não terem a habilidade necessária para manipular dados. Conclui o autor que estes produtores percebem sistemas de anotações e controles como meras imposições legais.

Outra variável que determinou a discriminação dos grupos foi o seu faturamento anual. Percebe-se, pela Figura 5, que 83% dos produtores que formam o grupo I, têm seu faturamento anual abaixo de R$ 10.000,00. Esta situação é inversa no grupo 2, no qual 59% dos produtores possuem faturamento acima de R$ 10.000,00 o que pode estar relacionado com uma maior organização contábil-administrativa, aliada a baixos custos, maior produção e/ou produtividade ou, ainda, melhor sistema de controle.

Admitindo-se dificuldades em registrar os fatos contábeis, observa-se, pela Figura 6, que 66% os produtores do grupo 1 não possuem nenhum tipo de anotação, nem mesmo aquelas mais simplificadas; 20% fazem anotações simples para atender as exigências do imposto de renda e 8% fazem anotações para fins contábeis.

Em função disso, observou-se que a maioria das propriedades do grupo 1 vem sendo administrada de forma bastante tradicional, predominando a conduta improvisada nas tomadas de decisão, geralmente baseada nas vendas anteriores, mas desprovidas de qualquer conhecimento técnico no assunto.

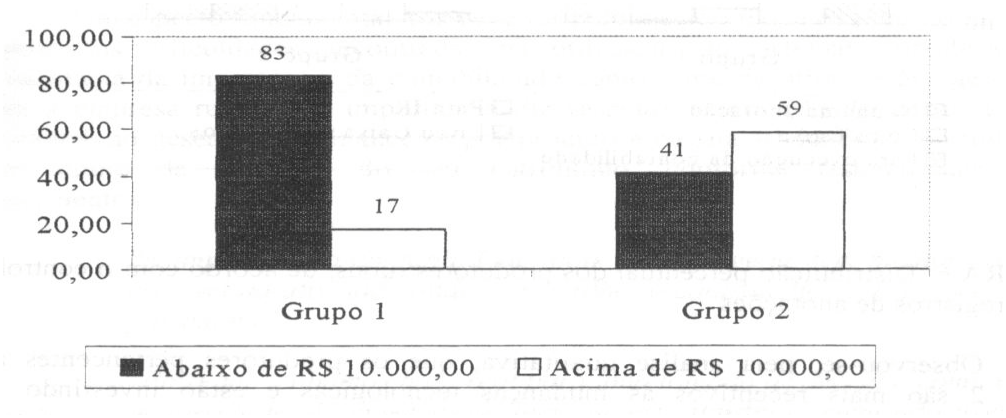

FIGURA 5. Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com o faturamento anual.

Um elemento diferenciador do perfil no grupo 2 é que 97% dos produtores rurais têm algum tipo de anotação, 32% fazem anotações para atender ao imposto de renda, 25% para o livro caixa e 23%

possuem registros mais apurados para o livro caixa, imposto de renda e outros. Neste grupo, 17% fazem anotações para a execução da contabilidade, objetivando apurar o resultado da atividade econômica.

Estes resultados confirmam a pesquisa de Pereira Neto (1989), a qual conclui que, apesar de os produtores rurais encararem suas propriedades como fonte de renda, direcionando-as ao objetivo do lucro, percebeu-se que grande parte desses empresários encontra-se alienada quanto a utilização da informação na gestão de seus negócios, baseando suas decisões apenas no "senso comum".

Nesta mesma linha, Rufino (1977) evidencia a pouca predisposição dos produtores rurais em utilizar os mecanismos da função controle, confirmando que tais mecanismos são vistos apenas como um instrumento capaz de verificar o resultado financeiro de determinado período e não como ferramentas analíticas para suporte de suas tomadas de decisões.

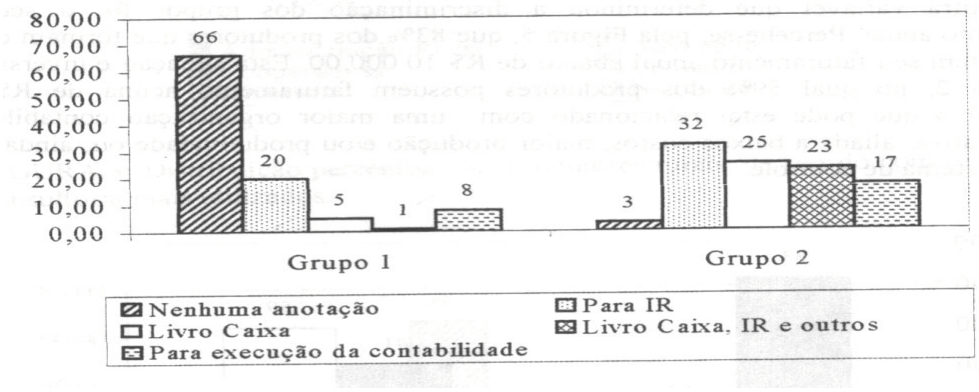

FIGURA 6: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com o controle, uso e registros de anotações.

Observou-se, pela análise qualitativa, que os produtores pertencentes ao grupo 2 são mais receptivos às mudanças tecnológicas e estão investindo na propriedade, apresentando um melhor desempenho na execução dos registros contábeis. Muitos deles conseguem analisar os dados gerados chegando a algumas conclusões, ainda que de maneira restrita, como se observa pelos depoimentos a seguir:

> *"A gente fazia empréstimo para comprar máquinas, mas tinha controle, anotava tudo que gastava, porque senão você começa a gastar mais do que ganhar (...) A gente fazia financiamento e cada centavo que a gente pegava no banco era investido ali. E a preocupação da gente era fazer as colheitas, cobrir o banco e juntar um pouquinho, fazer uma reserva. Assim, para uma doença, sempre tem uma reserva".*

> *"Não tenho noção do meu patrimônio. Para fazer investimentos e ver se tem condição de pagar, eu baseei assim nas vacas que eu tenho, nas previsões de parto, saber o leite que mais ou menos vai entrar. Quando eu fui ver PRONAF, o juro é fixo, é barato, este dá condição de pagar. Porque eu tinha previsão de parto, tinha a previsão de entrega para o laticínio de tantos litros, de um INSS mais ou menos, e do frete".*

Um outro aspecto observado é que alguns produtores, dentro da sua racionalidade, adotam e ressaltam a importância de alguns princípios e convenções contábeis mesmo sem ter conhecimento deles, conforme descrito a seguir:

> *"A gente depende da terra, tem que continuar nela. Tem que fazer tudo para dar certo. Tem que investir nela. Tem que ter melhor controle possível da atividade onde se trabalha (Postulado da continuidade)".*

"A vantagem do controle é saber quanto gastei e quanto arrecadei, e, dependendo do resultado, a gente procura sempre aumentar a produção". (Princípio da realização da receita e confrontação das despesas)".

"Você produz e está um preço. Quando você vai soltar no mercado, tá outro. Quando eu fui fazer financiamento para comprar o resfriador, fizeram para mim o litro de leite a trinta centavos, mas quando eu fui vender, vendi a dez. Tem que ter muito cuidado e trabalhar sempre com o mínimo. Fazer planejamento em cima daquilo, bem por baixo; se não fizer bem calçado, ai se dana todo" (Convenção do conservadorismo).

Um aspecto fundamental que deve ser reconhecido é que os produtores rurais, apesar das dificuldades encontradas na utilização de sistemas contábeis, têm consciência da importância da contabilidade como fonte de informações gerenciais para a empresa rural. Esta importância diz respeito à apuração do custo real dos produtos, ao desempenho financeiro por produto e da sua atividade como um todo, bem como da evolução do seu patrimônio, conforme testemunham estes depoimentos:

"É importante a contabilidade, pois assim a gente tem melhor controle possível da atividade onde se trabalha, o controle de custos e o valor do patrimônio".

"Para que tenhamos base real para uma tomada de decisão, como mudar de atividade. As margens de lucro se estreitaram e quem não tiver uma visão real de sua atividade pode perder, além de dinheiro, outro patrimônio que é seu próprio tempo".

"A partir do custo real sabe-se qual a margem de resultado quando da venda por produto e da atividade como um todo; só tenho uma avaliação superficial da evolução do patrimônio por falta de dados contábeis".

A contabilidade na propriedade rural não tem apresentado um resultado definido, destacando-se como uma das técnicas administrativas que maior porcentagem de produtores deixam de realizar (Santos, 1991). Para Salles (1981), isso leva a crer que a adoção de técnicas e métodos por parte de um produtor rural dependerá da adequação à sua realidade prática, visto que as técnicas e métodos administrativos propostos por muitos autores são demasiadamente sofisticados para o empresário rural.

Esta constatação é confirmada por Franco Junior (1984) ao concluir que há inadequação dos sistemas de escrituração e contabilidade agrícola no Brasil, considerando que as adaptações, partindo de modelos importados ou de outros setores empresariais brasileiros, não levaram em consideração as peculiaridades do setor rural do país. Apesar de reconhecerem a sua importância como instrumento de planejamento e controle, é encarada como uma técnica complexa que despende muito tempo, tendo os produtores dificuldade no controle de seus custos, principalmente na determinação de critérios de rateios, além do desconhecimento das técnicas de controle.

A constatação de que o perfil contábil-administrativo do produtor rural está sendo alterado pode ser visualizada na predisposição dos produtores em participar de cursos na área contábil-administrativa. Em resposta ao questionamento feito aos produtores se gostariam de participar de cursos na área, 88% gostariam de participar, 7% preferem consultar profissionais externos e apenas 5% acham desnecessário Estes resultados confirmam o trabalho de Procópio (1997) que, de certa forma, deixa a expectativa de que, num futuro próximo, seja possível a execução de um trabalho de conscientização sobre a relevância da utilização de informações contábeis e administrativas para a eficiente gestão do negócio agropecuário.

Pelas sugestões a respeito do conteúdo dos cursos, observou-se a existência de um interesse específico pelo controle de custos, como disseram alguns produtores:

"Acho que deveria ter cursos nesta área com mais diversificação de modalidades, pois hoje o produtor tem de entender profundamente de custos, número, leis e normas para melhor administrar sua propriedade".

"Contabilidade simplificada para o pequeno produtor com motivação pessoal para produtividade na espera da produção agrícola".

"Gostaria de ter uma melhor visão das técnicas de controle de custo e poder separar o investimento para aumento da produção".

Uma vez traçado o perfil dos dois grupos de produtores rurais, observaram-se diferenciações em relação a utilização e finalidade de registros para estes produtores. Partindo desse resultado, sugere-se que qualquer tentativa de oferecimento de cursos ou programas de extensão adote maneiras diferenciadas de tratar deste assunto, considerando, principalmente, o nível de escolaridade do produtor, que foi um dos fatores limitantes para a adoção de um sistema contábil.

Observando-se a separação dos dois grupos, poderão ser oferecidos cursos baseados na contabilidade simplificada, mostrando que simples anotações das despesas e das receitas de suas atividades constituem uma fonte de dados e informações úteis para o controle e tomada de decisão. Estes cursos e programas, sem dúvida, serão mais eficientes quando planejados para grupos homogêneos, permitindo a elaboração de práticas, material, conteúdo e acompanhamento adequados para cada grupo.

6 CONCLUSÃO

A partir da análise geral dos resultados discutidos neste trabalho, pôde-se concluir que, de modo geral, o papel da contabilidade de gerar informações que permitam a tomada de decisão não tem sido aplicado. Apesar de grande parte dos produtores manter alguma forma de anotação, são poucos os que mantêm registros mais apurados. A sua utilização pela maioria dos produtores está relacionada ao atendimento à legislação fiscal e para a obtenção de crédito junto as instituições bancárias.

Observa-se, porém, que, apesar de a contabilidade ser encarada como uma técnica complexa e que despende tempo, não é descartada a sua importância como fonte de informação gerencial para a gestão dos negócios agropecuários. Há interesse e predisposição dos produtores em participar de cursos e atividades nesta área para melhor conhecimento e aplicação das técnicas contábeis.

A análise do perfil dos produtores rurais quanto a utilização de instrumentos contábeis-financeiros no processo decisório permitiu identificar dois grupos distintos de indivíduos. O primeiro grupo, composto por 126 produtores que não utilizam informações contábeis-financeiras, apresenta uma maior proporção de indivíduos com baixo nível de instrução que, na sua maioria, não separam suas despesas particulares das do negócio, confirmando a falta de controle e organização financeira. Nesse grupo também foi identificada a inexistência da utilização de consultorias externas, de instrumentos para a organização contábil e um baixo faturamento anual. A maioria desses produtores administra a propriedade rural de forma bastante tradicional e adota uma conduta improvisada nas tomadas de decisão, desprovida de qualquer conhecimento técnico. O segundo grupo, composto por 234 produtores que utilizavam informações contábeis-financeiras, foi formado por indivíduos de maior nível de escolaridade e que possuem um maior controle e organização do seu negócio. São produtores que recorrem a consultorias externas de profissionais de diversas áreas, utilizam mais instrumentos para sua organização contábil-administrativa e obtêm superior ao do primeiro grupo. A maioria dos produtores possuí algum tipo de anotação contábil, mas poucos as utilizam para apurar os resultados econômicos do negócio.

Em termos gerais, os resultados desse estudo permitem considerar o processo de tipificação como um instrumento de grande valia para auxiliar no desenvolvimento de programas relacionados à contabilidade rural, podendo ser utilizados na formulação de propostas de ações coerentes que considerem as características de cada grupo de produtores, com a finalidade de buscar maior eficiência e melhores resultados para as iniciativas a serem implementadas.

Adicionalmente, espera-se que este trabalho venha servir como referência para futuras pesquisas, destacando a necessidade do desenvolvimento de trabalhos que procurem auxiliar o produtor rural a organizar seus controles econômico-financeiros, conscientizando-o das vantagens de ter em mão dados e resultados de suas atividades. Sugere-se que sejam incluídas novas variáveis relacionadas a aspectos sociais e tecnológicos para que os resultados possam ser mais conclusivos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIALLI, L.M. A bússola da produção. Produtor Parmalat, São Paulo, v.1, n.8 p. 30-34, out.1997.

BRAGA, R. Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira. São Paulo: Atlas 1989.408p. CREPALDI, S. A. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. São Paulo: Atlas, 1998. 352p. CUNHA, W. G. da. A importância da análise econômico-financeira como parâmetro decisório e controle empresarial: Um estudo de caso em cooperativas agrícolas. Lavras: ESAL, 1987 455p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).

FRANCO JÚNIOR, C.F. Contabilidade agrícola: Uma análise histórica e empírica para o sudoeste brasileiro. Piracicaba: ESALQ, 1984, 128p. (Dissertação - Mestrado em Agronomia).

GITMAN, L.J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Harper & Row do Brasil. 1984. 781p.

GRATERON, I. R.G. Contabilidade de animais difíceis de ser inventariados.In: MARION, .C. Coord. Contabilidade e Controladoria em Agribusiness. São Paulo:Atlas 1996.Cap.2,30-42.

LEITÃO E SILVA, J. Administração Rural - Contabilidade e Administração. Viçosa: Imprensa Universitária, 1972. 231p.

LEMES, S. Contabilidade na Agropecuária. In: MARION J.C. Coord. Contabilidade e Controladoria em Agribusiness. São Paulo: Atlas 1996. Cap.2 30-42.

MARION, J.C. Contabilidade Empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1993. 540p.

MARION, J.C. Contribuição à contabilidade da pecuária bovina de corte. São Paulo: FEA, 1982. 237p. (Dissertação - Mestrado em Contabilidade).

MIRANDA, C.T. Tecnologia, administração rural. Estrutura predial. Componentes da tipificação de empresas cacaueiras no Estado da Bahia. Lavras: ESAL, 1982. 53p. (Tese - Mestrado em Administração Rural).

PEREIRA NETO, J. Percepção e orientação normativa de empresários rurais associada ao resultado econômico de suas empresas. Lavras: ESAL, 1989. 91p.(Dissertação - Mestrado em Administração Rural).

PROCÓPIO, A.M. A utilização de modelos decisórios contábeis pelo pequeno e médio produtor rural - Um estudo na região de Ribeirão Preto. São Paulo: FEA, 1997 155p. (Dissertação - Mestrado em Contabilidade e Controladoria).

ROSS S.A.; WESTERFIELD, W.R.; JAFFE,F.J. Administração Financeira, São Paulo: Atlas, 1995. 698p.

RUFINO, J.L. dos S. Fatores controláveis que afetam a renda da empresa agrícola: o caso da cafeicultura no município de Nepomuceno-MG. Lavras: ESAL, 1977. 87p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).

SALLES, S.B. de. Efeitos de um sistema de registros agropecuários na eficiência gerencial do empresário rural: O caso do sistema Fidene no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1981. 98p. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, M.R.S.M. dos. Contabilidade Rural: Um Enfoque Gerencial. Piracicaba, ESALQ, 1991, 274p. (Dissertação - Mestrado em Agronomia).

SII.VA, J.P. da. Análise financeira das empresas. 3ed. São Paulo: Atlas, 1995a. 484p.

SILVA, U.M. Extensão Universitária: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro. Viçosa UFV, 1995b. 199p. (Tese - Mestrado em Extensão Rural).

SOUZA FILHO, A.A. de Atitudes de empresários rurais em relação a recursos administrativos e suas associações com índices das empresas rurais. Lavras: ESAL, 1979. 112p. (Dissertação - Mestrado em Administração).

SOUZA, R. de; GUIMARÃES, J.M.P.; VIEIIRA, G. et al. A Administração da Fazenda. São Paulo: Globo, 1992, 211p. (Coleção do Agricultor, Economia).

TUNG, N.H. Planejamento e controle financeiro das empresas agropecuárias. São Paulo: Edições Universidade-Empresa, 1990. 382p.